

gurado — o retorno hoje ao Brasil do Professor Paulo Freire, após quinze anos de exílio.

Preso após o golpe militar de 1964; indiciado em inquérito policial militar e, após, absolvido por inépcia da denúncia; perseguido pela repressão e pelo obscurantismo, Paulo Freire foi obrigado a pedir asilo na Embaixada da Bolívia para poder continuar, no exterior, o importante trabalho de educação iniciado no Recife, antes da desestabilização do regime constitucional.

Professor na Universidade de Harvard, Consultor do Conselho Mundial de Igrejas, fundador do "Institut D'Action Culturelle" de Genebra, autor de obras como a "Pedagogia dos Oprimidos", assessor dos programas de educação do Governo do Chile, doutor "honoris causa" pelas Universidades de Louvain (Bélgica), de Genebra (Suíça), de Michigan (Estados Unidos) e pela Universidade livre de Londres, Paulo Freire recebeu em 1975 o prêmio internacional de educação da UNESCO — mais importante honraria concedida pela maior entidade internacional aos que se destacam, em todo o mundo, no trabalho pela educação dos povos.

Em nome do povo de Pernambuco queremos saudar o retorno de Paulo Freire ao Brasil, esperando que a sua volta abra caminho à reincorporação na vida do País de todos os brasileiros exilados, perseguidos e banidos — que o governo ditatorial impediu pudessem aqui desempenhar suas atividades e contribuir diretamente, com o seu trabalho, para a luta de libertação do povo brasileiro.

Como seu antigo companheiro do Movimento de Cultura Popular fechado também pelo obscurantismo em 1964 — dou as boas-vindas a Paulo Freire, que mais do que nunca, agora pode ser considerado "cidadão do mundo".

O SR. ÉDSON VIDIGAL (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprevidência de quantos assumiram a responsabilidade pela condução da nossa política econômica nos últimos anos resulta hoje nos sacrifícios que estão a recair sobre todos os brasileiros. Embora tardiamente, mas ainda em tempo, o Governo brasileiro resolveu encarar a realidade de frente, assumir as dificuldades de uma economia de guerra e partir para a primeira providência concreta, que foi a criação da Comissão Nacional de Energia.

Hoje o País depara-se com as medidas para a contenção do consumo dos derivados de petróleo e a busca de alternativas nacionais que possam reduzir, ao máximo possível, a nossa dependência econômica dos países exportadores de petróleo. Algumas conclusões já são conhecidas e um programa, como o do álcool, ingressa em fase de vigorosa reativação. Há os que defendem também o metanol, e mais recentemente surgiu uma corrente a assegurar que até com chupas de laranja é possível enfrentar a crise, movendo-se veículos com combustível cítrico.

Tudo isso nos mostra, de um lado, a fertilidade da imaginação brasileira e, de outro, as potencialidades naturais com que a natureza premiou este País.

Desconfia-se de que as nossas autoridades ainda não estão suficientemente motivadas para as enormes possibilidades do babaçu — este sim, já testado cientificamente e alternativa fabulosa porque é um vegetal abundante em nossas fronteiras, especialmente na região do Maranhão, onde existem reservas calculadas em mais de 60 bilhões de palmeiras. O babaçu dispensa o plantio e outros cuidados porque nasce naturalmente e resiste a tudo, exceto às investidas criminosas de responsáveis por projetos agropecuários que estão a devastá-lo em algumas áreas, utilizando até injeções de poderosos venenos para provocar a morte definitiva da teimosa palmeira.

O babaçu possui mais de 50 subprodutos, inclusive o álcool, o gás, o alcatrão, o óleo e o carvão que, sendo vegetal, não é poluente e com teor calorífico superior aos do carvão mineral. Por que não incluir para valer o babaçu nos projetos com que se pretende vencer a crise de energia no País? Tem-se a impressão de que muitas autoridades ainda não têm uma idéia exata da importância do babaçu e de que ele pode representar para a economia do País.

Por isso é que faço um apelo ao Presidente da Comissão Nacional de Energia, o Vice-Presidente da República Aureliano Chaves, para que acione os órgãos públicos, vinculados à sua direção, com vistas a um amplo projeto voltado para as potencialidades do babaçu. Não tenho dúvidas de que teremos muito a lucrar, favorecendo a economia nacional.

O SR. VICTOR FONTANA (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 25 de junho último, fiz um pronunciamento desta Tribuna, apontando sérios e graves problemas que vem enfrentando o setor de produção bovina, no Brasil, e, no mesmo trabalho, foram sugeridas medidas que, se postas em prática, poderiam alcançar os resultados esperados, mormente no campo da saúde animal.

Chegaram-nos, agora, notícias estarrecedoras de que os pecuaristas nacionais não encontram vacinas no mercado para imunizar seus rebanhos contra a febre aftosa, circunstância que consideramos muito grave.

E não se diga tratar-se de problema difícil de se resolver. Há equipamentos, há matéria-prima e há experiência e há laboratórios. Bastaria que o Ministério da Agricultura, onde há condição de uma perfeita avaliação, no devido tempo e ao primeiro sinal de alarme, convocasse os dirigentes dos laboratórios fabricantes das vacinas para que explicassem e, mais do que isto, justificassem as razões porque não estão produzindo as quantidades exigidas pelo mercado consumidor.

Sabemos que o déficit em vacinas tem sido enorme nos últimos meses e nada pode justificar essa ausência do produto, a não ser a má vontade de alguns fabricantes.

Vários laboratórios pertencentes a Empresa estrangeiras vieram instalar-se no Brasil justamente para que contássemos com o produto em quantidade e qualidade suficientes a nossa demanda interna. Para isto os laboratórios referidos receberam e contaram com incentivos especiais do Governo Brasileiro, portanto, do próprio povo de nossa terra.

Vários desses laboratórios foram, inclusive, inaugurados por Presidentes da República, Ministros de Estado, ocasião em que promessas de cumprimento de obrigações foram juradas e reafirmadas. Por exemplo, as solenidades inaugurais do laboratório Welcome, em São Paulo, contaram com a presença do Presidente Geisel e hoje esse laboratório não está mais fabricando vacina anti-aftosa. Por quê? Quais as razões, se há demanda?

Desta Tribuna, lanço apelo dos pecuaristas brasileiros, ao Sr. Ministro da Agricultura, para que tome as medidas que sua autoridade lhe faculta, convocando os diretores de Laboratórios, a fim de que venham explicar à Nação as razões por que não estão fabricando vacinas contra a febre aftosa e porque não estão cumprindo as finalidades para as quais foram instalados no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. IRANILDO PEREIRA (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de anistia restrita, do Governo, tem, de todos os pontos do País, recebido o veemente repúdio de classes e entidades.

A OAB, a ABI, a CNBB, os CBAs, os presos políticos e tantos outros órgãos já marcaram sua posição de repúdio perante o Presidente da Comissão Mista que apreciará o projeto, Senador Teotônio Vilela. Todos os que foram consultados disseram não e protestaram contra a anistia capenga que o Governo tenta impor à Nação.

Dentre os protestos que hoje se desenvolvem no País, gostaríamos de registrar aqui a posição dos presos políticos do Ceará.

Lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como forma de luta, os presos políticos divulgaram um documento pela anistia ampla, geral e irrestrita. No momento, aqueles presos, como forma de repúdio à anistia do Governo, por unanimidade, decidiram entrar em greve de fome, extremo e legítimo recurso político de um preso para fazer chegar à sociedade sua posição e seu protesto.

Estão em greve de fome: Mário Miranda de Albuquerque, José Sales de Oliveira e Fabiani Cunha. O quarto preso, Valdemar Rodrigues, encontra-se hospitalizado. Mesmo assim já enviou o seu apoio aos companheiros de prisão.

Outro fato que queremos registrar é que se encontra em andamento o pedido de liberdade condicional de Fabiani Cunha e Mário Miranda Albuquerque. Com a posição por eles assumida, existe a possibilidade de ambos perderem a liberdade condicional. A consciência, por outro lado, está acima da liberdade pessoal; por isso, não hesitaram em desprezar a possibilidade de liberdade condicional quando se fez necessário marcar, perante a sociedade, suas posições políticas e seus protestos contra o projeto da ditadura.

A incoerente e injusta anistia pretendida pelo Governo não beneficiará três dos quatro presos políticos cearenses. Muitos dos presos políticos brasileiros não serão anistiados. O pior é que o projeto, na sua obscuridade, deixa a entender que crimes conexos são, também, os atos de terrorismo praticados pelos torturadores e, neste caso, eles, que deveriam estar no banco dos réus, serão beneficiados; e muitos deles serão juizes de anistiados que tentarão o reingresso em antigas funções.

A justiça da greve de fome bem demonstra o que representa a anistia do Governo para aqueles que dela precisam.

O conceito de terrorista não cabe àqueles que se opuseram à ditadura na luta pelas liberdades democráticas. Nenhum dos que

serão ou não anistiados lutaram contra pessoas, mas, sim, contra uma estrutura de poder ditatorial que empregava a violência como ideologia. Arrancados das suas entidades, cassados, procurados, violentados e impedidos de professarem a ideologia que defendiam, alguns optaram pela luta armada, naquele momento, única forma de combater os que lhes usurparam os mais legítimos e rudimentares direitos.

Terroristas são aqueles que saquearam residências, invadiram universidades, torturaram, sequestraram, mataram e desapareceram com muitos dos que a eles se opunham. Terroristas são os que jogaram bombas em entidades historicamente respeitadas, como a OAB e a ABI. Terroristas são, ainda, os que tentam acabar, de qualquer forma, com órgãos da imprensa alternativa, como os jornais *Em Tempo*, *Movimento* e *Versus*, pelo fato de lhes fazer oposição.

Por isso, Sr. Presidente, queremos, daqui, solidarizar-nos com todos aqueles que repudiam a anistia do Governo, e em particular com os presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarasate, do Ceará, no momento em greve de fome.

Reafirmo, nesta Casa, a minha posição contrária ao projeto da ditadura por entender que só uma anistia ampla, geral e irrevogável redimirá, em parte, o terrorismo oficial e será o primeiro passo para a conciliação nacional tão falada pelo partido e representantes dos desgovernos da revolução.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ AMORIM (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistimos, no dia 28 de julho último, às comemorações alusivas à passagem do sexagésimo nono aniversário de emancipação política da terra grapiúna. Criada em 1887, com o nome de Tabocas, teve como fundadores os bravos sergipanos Félix Severino e José Firmino Alves, e, em 1910, desligou-se de Ilhéus, emancipando-se.

Situada no coração da região cacauífera da Bahia, Itabuna é um dos 89 municípios daquela região, tem uma área de 937 km² e uma população de 155.000 habitantes, dos quais 126.000 residem na sede municipal. Com um crescimento de 3,3% a.a., terá, no ano 2000, uma população da ordem de 264.000 habitantes, necessitando, portanto, que seus administradores, já agora, pensando nas gerações que, no futuro, nos sucederão, se preocupem com um planejamento global, capaz de assegurar às populações da época conforto, segurança e bem-estar, requisitos indispensáveis a todo povo desenvolvido e civilizado.

Considerando um dos mais ricos municípios da Bahia, Itabuna, figura entre os 500 municípios de maior progresso no Brasil.

Itabuna é o terceiro produtor de cacau do Brasil, depois de Ilhéus e Camacã. Sua produção atual é da ordem de 917.000 arrobas. Tem 2.000 empresas comerciais e, depois de Salvador, é o maior comércio lojista do meu Estado. Possui grande número de indústrias, na sua maioria em bases artesanais, mas caminha a passos largos para sua efetiva tecnificação, com a implantação, em curso, de moderno parque industrial. Tem 819 fazendeiros, auxiliados por 500 administradores e mais de 3.000 trabalhadores rurais.

Itabuna tem sérios problemas. Neste instante não vale a pena enumerá-los, mas estou certo de que os itabunenses saberão e deverão superar todas as suas deficiências e dificuldades, promovendo sua industrialização, ampliando sua infra-estrutura, dinamizando o seu comércio e minorando o seu desemprego. Nada é difícil para quem implantou o único dos grandes plantios nacionais — o cacau — sem trabalho escravo e nascido da vontade de um povo.

O cacau marcou de tal forma a vida de Itabuna que quase esquecemos de outros produtos da terra. Itabuna tem um rebanho bovino de 32.000 cabeças e ainda produz abacate, banana, cana-de-açúcar, feijão, alpim, mandioca, milho, etc. etc.

Para ser itabunense, basta viver e trabalhar em Itabuna. Mílhars vieram de longe, atraídos pelo cacau, pela terra fértil, pelas oportunidades de subir na vida. Muitos vieram para Itabuna atraídos pela lendária beleza da mulher grapiúna, morena, bonita, sensual.

Somos grapiúnas e construímos com sangue, suor e cacau uma civilização que corre mundo através de romances, tratados, ensaios, poesias, contos e canções.

Participei das comemorações, mas desejo registrar nos Anais desta Casa um pouco da história do povo grapiúna. É o que faço agora desta tribuna, enviando ao grande povo itabunense minhas congratulações pela passagem de mais uma data de sua emancipação política, certo de que Itabuna não parará e marchará firme e decisiva para o seu brilhante progresso, que marcará o seu inarredável futuro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOEL LIMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, que minhas primeiras palavras sejam para registrar nos Anais desta Casa — e o faço como dever — o falecimento, ocorrido na última terça-feira, de Flávio Monteiro de Barros, figura das mais ilustres da sociedade gonçalense, mineiro de nascimento que foi viver naquele Município, onde constituiu sua família e seu mundo de amigos.

Conquistando, mercê de suas qualidades morais, lugar de destaque no mundo político fluminense, exerceu vários cargos de confiança no Governo de Roberto Silveira, Badger Silveira e, após, no Governo Chagas Freitas.

Tendo sido credenciado, pelo voto direto e secreto, a vários mandatos populares — foi Vereador, Prefeito e Deputado Estadual — possuía ele várias qualidades, e neste momento destaco a de exemplar chefe de família e a de amigo. Era ele casado com D. Suely Batista Monteiro de Barros, tendo deixado uma herança que ele considerava a maior do mundo, os seus filhos. Os últimos dias de maio foram vividos como ele gostava, isto é, participando da composição da chapa para fundação do Diretório do MDB de São Gonçalo.

O jornal *O São Gonçalo* registrou as últimas palavras de Flávio, as quais passo a ler para registro nos Anais, com o que finalizei, emocionado e com lágrimas, esta minha homenagem:

“O Partido Trabalhista Brasileiro, o Movimento Democrático Brasileiro, minha família, meus amigos e a sinceridade — eis meus tesouros, meus ideais e minha vida”, foram as últimas palavras do ex-Deputado e ex-Prefeito Flávio Monteiro de Barros diante dos seus correligionários reunidos na sexta-feira passada no Diretório Municipal do MDB. Hoje sua morte é sentida pelos gonçalenses, que aprenderam a admirá-lo em sua sinceridade e amizade. Na mesma reunião, Flávio dissera: “Esta será a última vez que participo de uma reunião política, pois minha saúde não anda nada bem”. Ao que o Deputado Joel Lima retrucou: “Não diga isto, Flávio. Nosso destino só a Deus pertence.”

Outro assunto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o movimento reivindicatório dos professores precisa ser melhor analisado, porque somos dos que entendem que a sua origem precisa ser buscada no governo autocrático do Almirante Faria Lima. Nós não estamos aqui para reviver cadáveres, mas sem essa premissa a greve do magistério não pode ser devidamente entendida.

É só verificar que o Estado do Rio de Janeiro terá de pagar, em 1980, compromissos inadiáveis da ordem de 27 bilhões de cruzeiros, enquanto realizará uma receita prevista de apenas 20 bilhões de cruzeiros para que se possa concluir que a origem desse estado pré-falimentar em que se acha o nosso Estado tem origem no Governo passado.

Não estamos aqui a defender o atual Governo. A ele queremos apenas lançar um patético apelo, na certeza de que tal anseio reflete o pensamento comum à maioria da população do Estado do Rio de Janeiro.

É preciso que o Sr. Chagas Freitas adote sua costumeira postura de estadista e intervenha, pessoalmente, na greve do magistério, porque o nosso Estado não tem mais reserva para suportar a situação caótica em que vive a população, sufocada entre o incontrolável crescimento do custo de vida, o aumento da criminalidade e agora apavorada com a crise do magistério.

Em verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os pais de alunos têm sido seguidamente iludidos pela máquina de divulgação, em especial pela atuação parcial do Secretário de Educação, que agora, do outro lado — é preciso não esquecer de que o Sr. Arnaldo Niskier também é professor — faz unicamente o jogo do poder e dos poderosos.

É preciso que a opinião pública deste País tome conhecimento, de modo real, dos fatos que vêm ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, onde o Secretário de Educação, burlando a confiança do Governador do Estado, distorce, de forma criminosa, os acontecimentos.

Enquanto acena com promessas de atendimento das justas reivindicações dos professores, que durante muitos anos arrostaram sérias dificuldades decorrentes de uma política salarial desumana, o Secretário de Educação nada faz para que as suas promessas sejam cumpridas.

Agora mesmo, quando promete pagar um piso salarial aos professores de 8 mil e 900 cruzeiros, relativo ao primeiro acordo, feito em março deste ano, a Secretaria de Educação informa que o pagamento não terá efeito retroativo àquele mês.

A Secretaria de Educação quebrou inteiramente a hierarquia funcional, porque mestres de apenas um ano de serviço irão